

NAS ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Relações entre Moçambique e Ocidente podem esfriar devido à falta de condenação da ofensiva russa na Ucrânia

● A crise humanitária na Ucrânia já causou mais de dois milhões de refugiados e o número de civis mortos já ultrapassa os 500. É a maior crise humanitária das últimas décadas na Europa e os ataques da Rússia prosseguem sem fim à vista em várias cidades ucranianas. No passado dia 02 de Março, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que condena a invasão russa da Ucrânia, com o apoio de 141 dos 193 Estados-membros da organização.



Votação nas Nações Unidas da resolução que condena a invasão russa da Ucrânia



A resolução teve apenas cinco (5) votos contra (Rússia, Bielorrússia, Síria, Coreia do Norte e Eritreia) e 35 abstenções. Moçambique faz parte do grupo de países que se absteve de votar o texto apresentado na assembleia-geral extraordinária da ONU que deplora a agressão russa contra a Ucrânia e exige à Rússia que ponha fim à invasão e retire incondicionalmente as suas tropas.

Numa declaração à imprensa em Maputo, a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação disse que o Governo de Moçambique defende a “primazia da solução negociada dos conflitos”, e apelou à moderação, protecção da vida humana, cessação das hostilidades e ao “relançamento de um diálogo construtivo entre as partes envolvidas, com vista a uma solução política duradoura do conflito”.

Verónica Macamo evitou as palavras “invasão” e “agressão” para descrever a situação que se vive na Ucrânia que, nas suas palavras, “constitui uma grave ameaça à paz e segurança na Europa, cujas consequências nefastas serão sentidas neste continente e ao nível global”.

Entretanto, o facto de Moçambique não ter condenado a invasão russa à Ucrânia está a gerar algum esfriamento nas relações com o Ocidente, incluindo com a União Europeia. Era expectável que Moçambique, um Estado que defende o princípio da soberania nacional e o direito à autodeterminação dos povos,

condenasse a agressão russa da Ucrânia, bem a flagrante violação dos direitos humanos, sobretudo o direito à vida de milhares de civis ucranianos.

O Governo preferiu uma posição neutra para preservar as suas alianças com a Rússia, país onde Filipe Nyusi efectuou uma visita oficial em Agosto de 2019, naquela que foi a primeira deslocação de um Chefe de Estado moçambicano depois da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. Durante a visita, foram assinados acordos nas áreas de recursos minerais, energia, defesa e segurança. E para viabilizar o interesse da Rússia nos diamantes moçambicanos, o Governo dinamizou a adesão de Moçambique no Processo Kimberley, facto concretizado em Novembro de 2021.

Além do esfriamento das relações com o Ocidente, a opção do Governo de Moçambique poderá ter implicações na luta contra o extremismo violento em Cabo Delgado. Em Fevereiro último, Filipe Nyusi foi à Bruxelas pedir à União Europeia para financiar as operações militares do Ruanda e da SADC que lutam contra o extremismo violento em Cabo Delgado. E recebeu promessas de apoio, além da missão da União Europeia de treinamento das Forças de Defesa e Segurança que já se encontra em Moçambique desde Novembro de 2021.

Antes da missão da União Europeia, os Estados Unidos da América (EUA) já estavam a treinar unidades especiais das Forças de Def-

esa e Segurança para o combate contra o extremismo violento. Além demais, o Ocidente é de longe o maior financiador do Estado moçambicano, mas a posição do Governo de não condenar uma guerra que está a matar civis e a causar uma grave crise humanitária pode afectar essa boa disposição.

Mais do que comprometer apoios presentes e futuros, a abstenção do Governo em relação à resolução que condena a invasão russa da Ucrânia desprestigia a imagem de Moçambique no plano internacional. E isso acontece numa altura em que o Estado moçambicano está a concorrer para ocupar uma das 10 vagas reservadas para membros não-permanentes do Conselho Superior da ONU no mandato 2023 - 2025. As possibilidades de eleição podem estar comprometidas.

Alguns analistas defendem que o grupo de 27 países africanos que votou a favor da resolução é composto principalmente por democracias alinhadas com o Ocidente, onde se destacam Botswana, Cabo Verde, Benin e Maurícias. O grupo inclui também alguns regimes não-democráticos e/ou híbridos, como Ruanda, Somália, Líbia, Gabão e Chade.

Em contrapartida, a maioria dos 17 países africanos que se absteve é constituído por regimes autoritários ou híbridos. Além de Moçambique, a lista inclui países como Angola, Burundi, República Centro-Africana, Congo, Guiné Equatorial, Mali, Moçambique, Sudão do Sul, Sudão e Zimbábwe.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

